PROC. N° TST-RR-205.160/95.3

A C Ó R D Ã O (Ac.3°T-125/97)

MMF/ms/m

HORA NOTURNA - DURAÇÃO - ART.7°, INCISO IX, DA CARTA MAGNA DE 1988 - A duração menor da hora noturna (§ 1° do art.73 da CLT) já convivia, pacificamente, com o adicional respectivo (art.73). O disposto no art.7°, inciso IX, da Carta Magna, portanto, não encerra nenhuma novidade, razão não havendo para que dele se extraia que derrogou, por incompatibilidade, o contido no § 1° do art.73 da CLT que encerra, aliás, redação idêntica à da Constituição anterior (E.C. n°1, de 1969, art.165, inciso IV). Recurso de revista desprovido.

 $\label{eq:vistos} Vistos, \ relatados \ e \ discutidos \ estes \ autos \ de \ Recurso$   $\ de \ Revista \ n^\circ \ \ \textbf{TST-RR-205.160/95.3}, \ em \ que \ \'e \ Recorrente \ \textbf{VIDRARIA SUL}$   $\ \textbf{BRASIL S/A} \ e \ Recorrido \ \textbf{ANTONINHO GONÇALVES.}$ 

O egrégio TRT da Quarta Região deu provimento parcial ao recurso ordinário da Reclamada para absolvê-la das diferenças salariais decorrentes do IPC de março/90 e reflexos e negou provimento ao recurso do Reclamante (fls.246/254).

A Reclamada interpôs Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT. Aponta violação do inciso II, do art. 5° da Constituição Federal e acosta arestos para a caracterização do dissenso jurisprudencial (fls.256/260).

Despacho de admissibilidade às fls.264/265.

Contra-razões, não há.

detilas

## PROC. N° TST-RR-205.160/95.3

A d. Procuradoria-Geral opinou pelo prosseguimento do feito (fl.268).

É o relatório.

VOTO

CONHECIMENTO

HORAS NOTURNAS REDUZIDAS

A eg. decisão regional, com relação à complementação salarial decorrente da hora reduzida noturna, afirmou que:

-"não tem razão a recorrente quando diz que a partir da Nova Constituição não remanesce a determinação de que a hora noturna seja contada de forma reduzida" (fl.251).

A Reclamada alega que a confirmação da sentença, pelo acórdão regional, quanto à complementação salarial decorrente da hora reduzida noturna, deu interpretação divergente de decisões proferidas por diversas Turmas de outro Tribunal além de contrariar as normas legais a respeito da matéria (art. 5°, inciso II, da CF/88).

O último aresto de fl. 259 permite o conhecimento do apelo por divergência jurisprudencial.

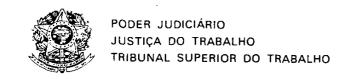
Conheço por divergência.

MÉRITO

## HORAS NOTURNAS REDUZIDAS

A Constituição da República instituiu, em seu art.7°,

IX, que a remuneração do trabalho noturno é superior à do diurno. A



## PROC. N° TST-RR-205.160/95.3

Lei Maior, portanto, não revogou o disposto no § 1° do art.73 da CLT que, no período anterior a 05.10.88, também convivia com o adicional de horas extras.

Não há, aliás, nenhuma diferença entre o texto da Constituição atual e o da anterior (Emenda Constitucional nº1, de 1969), que estabelecia, no art. 165, inciso IV, o "salário de trabalho noturno superior ao diurno", exatamente como está no art. 7°, inciso IX, da Carta Magna de 1988.

Pelo exposto,

Nego provimento ao recurso.

## ISTO POSTO

A C O R D A M os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, negar-lhe provimento.

Brasília, 05 de fevereiro de 1997.

MANOEL MENDES DE FREITAS

Ministro, no exercício da

Presidência e Relator

PUBLICADO DO D. J. G.

Antornia IMaria da S. Madeiras

Atussistante Indministrativo

Turma